



“Educação como prática de Liberdade”:
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10317 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT02 - História da Educação

Um diálogo sobre a constituição da Amazônia e a educação no contexto Amazônico

Darlyng Maria Gomes Tavares - Fundação Universidade do Amazonas - PPGE da UFAM

Sílvia Cristina Conde Nogueira - UFAM - Universidade Federal do Amazonas

UM DIÁLOGO SOBRE A CONSTITUIÇÃO DA AMAZÔNIA E A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO AMAZÔNICO

Resumo: O artigo estabelece um diálogo educacional sobre o contexto Amazônico, a partir da formação cultural e social da Amazônia. Visa elucidar o papel da educação formal nas transformações impostas e vivenciadas no território Amazônico até em tempos de pandemia da COVID-19. A partir da análise da literatura verifica-se o processo histórico de constituição da Amazônia, com enfoque na educação elucidando-se que as transformações culturais amazônicas, especialmente indígenas, se deram a partir das tensões entre a cultura indígena tradicional e a cultura hegemônica. O diálogo proporciona vislumbrar que a sobreposição de diversas culturas aos povos originários e a outros residentes da Amazônia. Nas configurações atuais fica explícito o caráter da educação para atender as demandas do mercado capitalista.

Palavras-chave: Educação Amazônica; Formação cultural amazônica; Amazônia.

O processo histórico da constituição da região Amazônica

O resgate histórico da região Amazônica revela que a relação homem, natureza e sociedade passam por uma transformação intensa desde o período primitivo, perpassando a colonização portuguesa, indicando os reflexos da lusitanização nos espaços territoriais e nas relações humanas.

As evidências encontradas em sítios arqueológicos na região apontam que os primeiros habitantes foram os indígenas que expressavam suas culturas diversificadas por meio de cerâmicas históricas, que foram desaparecendo, principalmente, a partir da invasão do espaço Amazônico iniciado pelos europeus espanhóis, com sucessivas tentativas de exploração por meio de expedições, competindo com ingleses, franceses, holandeses e portugueses (PONTES FILHO, 2000).

Nesse cenário, Pontes Filho (2000) relata que os portugueses tomaram o espaço amazônico a partir do Tratado de Madri em 1750, partindo do critério de maior ocupação humana pelos portugueses, em troca os espanhóis ficaram com o território Rio da Prata (atual Rio Grande do Sul).

Esse território político movimentou o comércio por meio da escravização, incremento da pecuária, estímulo ao crédito para a construção de embarcações, do financiamento das atividades agrícolas que possibilitaram a extração das “drogas do sertão” como: a salsa, a

pimenta, o cacau, a castanha, o cravo, a canela, dentre outros, ou seja, a economia era baseada no extrativismo (PONTES FILHO, 2000).

Além disso, Pontes Filho (2000) relata o incentivo da agricultura na Amazônia, denominada de fase agrícola, em que se plantava espécies nativas e alienígenas. Diante dos estímulos do governo da época, por meio da imigração dirigida ou espontânea, vários contingentes humanos foram atraídos para dar início à exploração do látex da seringueira, que possibilitou o apogeu e a queda da economia (PONTES FILHO, 2000).

Após essas fases econômicas, a região delimitada oficialmente de Amazônia. Nunes (2016) revela que, em 1978, oito Estados independentes celebraram o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), sendo assim, tais como: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Venezuela e Suriname, para impor a soberania pelo território e recursos naturais, além de afastar a possibilidade de internacionalização, razões fundamentais para esse acordo.

Nesse movimento histórico de exploração eram fundamentados na ideia de que a região se constituía como o celeiro do mundo, como a terra da abundância ou mesmo o pulmão do mundo (LOUREIRO, 2002). Além dessas crenças, é possível destacar pelo menos 3 equívocos: 1) a Amazônia é um macrosistema homogêneo em toda sua extensão; 2) a natureza é expressão do atraso e 3) a natureza é inesgotável. Todas essas afirmações não são pautadas pela ciência, mas se apresentaram no imaginário humano para justificar a exploração desenfreada das possibilidades de desenvolvimento do lucro na Amazônia.

Lima (2016) concluiu que esses problemas e a instalação de enormes empreendimentos não resultaram em melhoria para a infraestrutura, nem para os serviços públicos de educação, de saúde e de transporte que, além disso, a população da região foi afetada pelos resultados dos danos ambientais aos ecossistemas.

Para ilustrar essa situação nos dias atuais, ressalta-se o descaso com a população residente de parte da Amazônia legal durante a pandemia da COVID-19. O caso do Estado do Amazonas foi um dos lugares mais atingidos durante a primeira e na segunda onda da doença, sendo esta última ocorrida em janeiro de 2021, visto que faltou oxigênio nos hospitais da capital e do interior do estado. Por questões logísticas era notório a dificuldade da entrega desses insumos, somadas ao descaso dos governos executivos. Paralelamente, outros Estados da Amazônia brasileira sofreram com apagões de energia, a exemplo do Amapá que ficou 22 dias ora sem energia, ora racionando em novembro de 2020.

A demora na ajuda nacional e na visibilidade dos problemas dos Estados da Amazônia parece sinalizar que esse é apenas um território a se explorar e cujo povo ainda é invisibilizado paulatinamente desde o processo de colonização lusitana e da miscigenação com apoio estatal em que justificativas ainda se pautam, muitas vezes, nas narrativas criadas pelos colonizadores.

Formação das culturas através da ocupação da região Amazônica

O processo de povoamento da Amazônia ocorreu a partir da história do encontro de diversas culturas. Essa congregação não ocorreu de forma pacífica, houve invasão das terras e luta por elas. A partir disso, verifica-se a miscigenação dos humanos viventes nesse território, misturando as culturas e valores que influenciam as educações da região.

A formação social e cultural da Amazônia é um processo iniciado com os indígenas, contudo, houve um processo de incorporação de valores e culturas, possível por meio da invasão das terras amazônicas pelos europeus, posteriormente, pelo povoamento dos africanos trazidos pela escravização, pelos semíticos, asiáticos e por migrantes do próprio

Brasil, trabalhadores, colonos ou empresários que vieram ocupar as terras amazônicas, pelos eixos rodoviários da Amazônia periférica do norte de Mato Grosso, Tocantins, Rondônia, Acre, sul do Pará e Amazonas (BENCHIMOL, 2009).

Benchimol (2009) salienta que esse processo de adição de várias etnias e de culturas na Amazônia, ocasionou diversos prejuízos de identidade, de religiões, de crenças, de valores, formando uma civilização tropical singular, distanciadas entre si fisicamente, até mesmo em tempos distintos, unidas pelas condições binômicas^[1] de existência social e cultural. Que formam denomina de homem amazônico (FRAXE et. al, 2009).

Esses povos da Amazônia são sujeitos ativos da história, que continuam se estabelecendo por meio das relações sociais, de trocas materiais e simbólicas entre si, entre comunidade, entre cidades, entre países, “com os agentes mediadores da cultura, entre o mundo rural e o urbano e a vida e mescla global (FRAXE et. al, 2009).

Educação na Região Amazônica e a relação com a transformação social e cultural

Contudo, há evidências da imposição ideias nos moldes capitalistas, que transformam a educação, a cultura e a sociedade no contexto Amazônico. Isso ocasiona em transformações sociais, culturais e educacionais dos povos que se estabeleceram na região.

Podemos destacar o caso indígena, em que a escola não é um espaço natural da comunidade, mas está sendo utilizada como espaço de apropriação educacional e cultural, que mesclam saberes tradicionais e ocidentais. Weigel (2000), ao investigar a escola de uma comunidade indígena Baniwa, detectou modificações nos pensamentos indígenas com o passar do tempo, ao passo que suas relações com o homem branco também se transformavam.

Outro exemplo que resultou em transformações sociais dos espaços amazônicos, culturais e educacionais, é a implementação da industrialização de uma parte da região, por meio da Zona Franca de Manaus. De acordo com Mourão (2006), a partir disso, aumentou a corrente migratória, aprofundando as desigualdades a partir das relações de poder e dominação, onde o ribeirinho deslocou-se do seu habitat para a capital na esperança de que conseguiria se estabelecer.

Para Mourão (2006), o capital conseguiu se estender nos mais remotos lugares da Amazônia e está influenciando as mentes desses povos, que estão moldando a postura do ribeirinho para a de um operário das multinacionais, ao identificar esses contingentes humanos numa *Corporation* localizada na Zona Franca de Manaus.

Para atender aos critérios das organizações sociais do modo de produção capitalista, o ribeirinho dispõe da possibilidade de acessar uma educação voltada para o desenvolvimento regional do capitalismo. Nesse caso, ressaltamos a pesquisa de Nogueira (2016) que problematiza a criação do Instituto Federal e a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Rede Federal).

A autora constatou que os cursos técnicos do IFAM consideram as especificidades econômicas dos municípios em que os campi foram implantados, que essas particularidades da economia desses lugares nivelam-se aos Arranjos Produtivos Locais, à composição do Produto Interno Bruto (PIB) e às exigências da Pesquisa da Atividade Econômica Regional para formar técnicos (NOGUEIRA, 2016).

Essas exigências decorrem do argumento de que as empresas desenvolvem a economia das localidades mais distantes dos centros urbanos. Sendo assim, o Estado trabalha por meio

da implementação de políticas, tais como o da II fase de expansão dos IF's, para dinamizar a economia e gerar lucros para esses agentes privados (NOGUEIRA, 2016).

Em tempos de pandemia da COVID-19, verifica-se que a educação nos moldes do sistema capitalista apresenta problemas para a população da Amazônia. Destaque para o contexto do Estado do Amazonas, onde o governo permitiu que a educação escolar fosse mediada via educação remota no ano de 2020. A partir disso, reconheceu a dificuldades dos estudantes, ao constatar problemas econômicos e sociais, em razão da falta de acesso às aulas remotas pela falta de equipamentos, de internet, pela falta de espaço em casa, pela não cobertura do sinal da TV Encontro das Águas (SILVA; SILVA, 2021).

Diante disso, a cidade de Manaus-Am foi a primeira capital do País a retornar as aulas presenciais nas esferas públicas e privadas, ao mesmo tempo que as aulas remotas também ocorriam simultaneamente, de forma escalonada (SILVA; SILVA, 2021). Evidenciando a sobreposição dos interesses de manutenção da economia por meio da educação mesmo que ocasione prejuízo à saúde e a própria qualidade educacional.

Portanto, o homem amazônico tem se modificado e modificou os espaços da Amazônia a partir das vivências, das explorações de recursos, das relações sociais e políticas. Sendo assim, as educações dos mais diversos povos que estão estabelecidos aqui foram sendo modificadas para atender aos interesses de frações da classe dominante, em nome do desenvolvimento regional.

Considerações finais

Quando se trata de Amazônia, a ação do Estado fora de compulsoriamente integrá-la às frentes de expansão da sociedade capitalista nacional, a ser pago com a extinção de direitos de autodeterminação dos povos amazônicos e de liberação das terras indígenas para empreendimentos recolonizadores, entre outras ações limitadoras.

Sendo assim, é imprescindível que o mundo veja a Amazônia para além das possibilidades de desenvolvimento econômico, é necessário considerar os sujeitos amazônicos que formam a diversidade cultural, social e educacional, como humanos de direitos, que merecem qualidade de vida e que precisam do estímulo do sentimento de pertencimento ao lugar, por consequência, da valorização das características sociais do seu próprio povo.

Referências

Bhabha, Homi K. O local da cultura. Tradução: Myriam Ávila; Eliana Lourenço de Lima Reis; Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BATISTA, D. O complexo Amazônia: Análise do processo de desenvolvimento. Manaus: Editora Valer, EDUA, INPA, 2007.

BENCHIMOL, Samuel. Amazônia: Formação Social e Cultural. 2. ed. Manaus: Valer, 2009.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antônio Carlos; MIGUEZ, Samia Feitosa. O ser da Amazônia: identidade e invisibilidade. Ciênc. cult.; 61(3). São Paulo, 2009, p. 30-32. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252009000300012. Acesso em 20 mai. 2021.

LIMA, Marcelo de Oliveira. Amazônia, uma história de impactos e exposição ambiental em paralelo à instalação de grandes empreendimentos na região. In: Amazônia, uma história de impactos e exposição ambiental. Revista Pan-Amazônica de Saúde. Editorial. v.7 n.2

Ananindeua jun. 2016. Disponível em: <http://scielo.iec.gov.br/pdf/rpas/v7n2/2176-6223-rpas-7-02-00009.pdf>. Acesso em 01 jun. 2021.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. *Amazônia Brasileira: Estud. av.* 16 (45) • Ago 2002. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142002000200008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/DzYjwpvT3vxySGCnwpK6BDw/?lang=pt>. Acesso em: 01 jun. 2021.

MOURÃO, Arminda Rachel Botelho. *A Fabrica como espaço educativo*. São Paulo: Scortecci, 2006.

NOGUEIRA, Silvia Cristina Conde. *II Fase da política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Amazonas: acesso ampliado e precarizado à educação pública*. 2016. 212 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/5107>. Acesso em: 01 jun. 2021.

NUNES, Paulo Henrique Faria. *A organização do tratado de cooperação amazônica: uma análise crítica das razões por trás da sua criação e evolução*. *Revista de Direito Internacional*. v. 13, n. 2. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr/tablas/r35902.pdf>. Acesso em 01 jun. 2021.

PONTES FILHO, Raimundo Pereira Pontes Filho. *Estudos de História do Amazonas*. Manaus: Editora Valer, 2000.

SILVA, M. C. *O País do Amazonas*. Manaus: Editora Valer, 2012.

SILVA, Iolete Ribeiro da; SILVA, Camila Ribeiro da. *O projeto ‘Aulas em Casa’ e a educação remota durante a pandemia do COVID-19: análise da experiência do estado do Amazonas*. *Revista Educar Mais*, vol. 5, Nº 1. 2021, p. 25-34. Disponível em: <http://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/2220/1683>. Acesso em 22 jun. 2021.

VAL, Aldaberto Luís. *Amazônia um bioma multinacional*. *Cienc. Cult.* vol.66 no.3 São Paulo, 2014. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252014000300010. Acesso em 22 mai. 2021.

WEIGEL, Valéria Augusta Cerqueira De Medeiros. *Escolas de Branco em Malokas de Índio*. Manaus: Edua, 2000).

[1] De acordo com Val (2014, p. 20), os países Amazônicos envolvem a “diversidade ambiental e biológica, a riqueza mineral, a religião, muitos aspectos culturais, os ribeirinhos e suas crenças e folclores, entre outros”.